



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

PROJETO DE LEI Nº /2025

Súmula:- Altera o artigo 69 da Lei Municipal nº 138, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre a Consolidação da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, RODOLFO MOTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:

L E I

Art. 1º O artigo 69 da Lei Municipal nº 138, de 25 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 69. Os vencimentos dos membros do Conselho Tutelar corresponderão ao valor designado ao cargo de provimento em comissão vinculado ao símbolo CC-03, previsto na estrutura administrativa do Município de Apucarana.

§ 1º A remuneração durante o período do exercício efetivo do mandato eletivo não configura vínculo empregatício.

§ 2º Os vencimentos referidos neste artigo acompanharão as revisões anuais e reajustes aplicáveis aos ocupantes do cargo correspondente.”

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Município de Apucarana, em 16 de outubro de 2025.



Assinado digitalmente por:
RODOLFO MOTA DA SILVA
***.519.969-**

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

RODOLFO MOTA
Prefeito Municipal

PL 137/2025 - PL-1632-16-10-2025 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade/pdf>
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/10/2025 11:22:03:00 -03
CODIGO DO DOCUMENTO: 1632-16-10-2025-11-22-03:00-03
CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 1B380823D8C3D02AB84C099331EB4FA





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA PL ____/2025

Com nossos cordiais e respeitosos cumprimentos, encaminhamos à superior deliberação legislativa o projeto de lei em apenso, que tem como finalidade promover a valorização dos Conselheiros Tutelares do Município de Apucarana, por meio da elevação do nível salarial da categoria.

A medida se justifica pela relevância do trabalho desenvolvido pelo Conselho Tutelar na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, destacando-se sua atuação no enfrentamento e prevenção de situações de violência, abuso e outras violações de direitos. Os conselheiros tutelares desempenham funções técnicas, com excelência, e respondem também a novas demandas decorrentes de alterações legislativas nacionais, como procedimentos de notificação de violências físicas e psicológicas, automutilação e evasão escolar, o que exige constante aprimoramento e capacitação profissional.

Além disso, a presente medida visa corrigir uma defasagem histórica da remuneração dos Conselheiros, reconhecendo o esforço e dedicação despendidos na proteção da infância e adolescência. Tal valorização é essencial para fortalecer o compromisso dos profissionais e garantir maior efetividade à rede de proteção social do município.

Assim, a proposta visa não apenas responder às reivindicações legítimas dos conselheiros, mas também elevar a qualidade dos serviços prestados, promovendo justiça e reconhecimento àqueles que não medem esforços para assegurar um futuro digno às crianças e adolescentes de Apucarana.

Assim, restando evidenciadas as razões que amparam a propositura, que não apenas organiza o que já existe em nossa legislação e direciona proposições futuras, mas também fortalece a memória, a cultura e a identidade de Apucarana, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dessa Casa Legislativa e na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Edis nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

PL 137/2025 - PL-1632-16-10-2025 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade/pdf>
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 16/10/2025 11:22:03:00 -03
CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 1BA380823DBCA0202AB84C099331EB4FA



PL 137/2025
AUTORIA: Poder Executivo Municipal

